



“Todos os homens têm medo. Quem não tem medo não é normal; isso nada tem a ver com a coragem”

Jean-Paul Sartre

Indústria e Serviços reagem à aprovação da Reforma Tributária na CCJ do Senado

Em tom de alerta e de crítica, entidades representativas dos segmentos empresariais manifestaram descontentamento. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) emitiram posicionamentos sobre o texto-base da PEC 45, que institui uma reforma no sistema tributário brasileiro, aprovada ontem na CCJ do Senado Federal.

Contra exceções no novo regime

A CNI criticou o aumento de exceções, ou seja, de alíquotas especiais ou isenções de forma mais ampla. “Isso resultará em um imposto mais alto para todos. Quem paga essa conta é sempre o consumidor e esse excesso pesará, sobretudo, no bolso do brasileiro de menor renda”, destacou o manifesto da indústria.

“Tratamento desarrazoado”

Já a CNC se manifestou contrária ao tratamento dado pela proposta ao setor de Serviços. “Voltamos a destacar o tratamento desarrazoado dado às empresas do setor de serviços, que irá resultar em uma oneração que poderá inviabilizar os negócios, prejudicando investimentos e, conseqüentemente, a geração de empregos e renda”, frisou a confederação.

Mobilização com parlamentares

As duas confederações afirmaram que são favoráveis à Reforma Tributária e que apoiam os trabalhos do Congresso. No entanto, pretendem ainda fazer um trabalho junto aos parlamentares para que o texto seja modificado durante a apreciação no plenário do Senado.

TSE



Seminário debate novo regime jurídico de fomento à cultura

O Ministério da Cultura e a AGU realizam, em 28 e 29 de novembro, o Seminário Direito e Cultura — Novo regime jurídico de fomento à Cultura no Brasil. O evento é voltado para gestores de cultura e operadores do Direito que atuam na setor no DF e em municípios do país. Contará com a participação da ministra do STF Cármen Lúcia, do advogado-geral da União, Jorge Messias, e de outros juristas.

Reprodução/TV Brasil



Referência

“A ministra Cármen Lúcia é uma das maiores referências do Direito no Brasil. Sua atuação na área cultural é sempre pautada pela defesa da diversidade e da inclusão”, afirma a ministra Margareth Menezes, que estará na abertura do seminário.

Homenagem aos que trabalharam na repatriação de brasileiros em Israel

Divulgação

A Azul Linhas Aéreas Brasileiras irá realizar, amanhã, em Brasília, uma homenagem ao trabalho e apoio prestado pelos seus tripulantes e pelos militares da Força Aérea Brasileira durante a missão de repatriação de mais de 700 brasileiros vindos do conflito de Israel.



Ao longo de sete dias de operação, a Azul transportou os repatriados para os mais diversos estados e municípios brasileiros. Participarão da solenidade John Rodgeron (foto) e Fábio Campos, CEO e diretor de Relações Institucionais da Azul. Foram convidados os ministros da Defesa, de Portos e Aeroportos, do Turismo, de Relações Exteriores; o comandante da FAB, e representantes da Casa Civil, Vice-Presidência e Presidência da República.

Parceria entre marcas brasileiras une couro a pedras preciosas

Divulgação

A Confraria Studio, label de acessórios e produtos exclusivos para casa, inaugurou ontem a mais nova loja, no ParkShopping. O evento marcou também o lançamento de Jewel Tote, linha de bolsas com couros exóticos e certificados adornados com prata 950 banhada a ouro e pedras preciosas. A primeira coleção, “Flores do Cerrado”, traz cinco exclusivos modelos criados em parceria com a joalheria brasileira Bezalel. A Confraria está presente em outros três endereços: no Lago Sul, em Brasília; em Trancoso, na Bahia; e no Shops Jardins, em São Paulo.



Expansão

A loja do ParkShopping integra o plano de expansão da empresa, que prevê a chegada em outras cidades nos próximos meses. Todo o processo criativo e de desenvolvimento dos produtos é comandado pela fundadora da marca, Ana Paula Braga Ávila e Silva, desde 1998.

» CB.PODER | LEANDRO GRASS | PRESIDENTE DO IPHAN

O dirigente do instituto disse que entre dezembro e janeiro será instalado um centro específico para restaurar as obras de arte vandalizadas no 8 de janeiro. Além disso, está em elaboração um projeto para a recuperação da Praça dos Três Poderes

Teatro Nacional é prioridade

» MARIANA SARAIVA

A recuperação de patrimônios e a restauração da Praça dos Três Poderes, vandalizados em 8 de janeiro, estiveram entre os temas da entrevista com o presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Leandro Grass, no programa CB.Poder — parceria entre Correio e TV Brasília. Aos jornalistas Ana Maria Campos e Roberto Fonseca. Ele destacou que o tombamento de uma cidade, como o caso de Brasília, não significa atraso no desenvolvimento, mas a porta de entrada para diversas oportunidades. Grass também reafirmou que o presidente Lula determinou que o governo federal colabore na restauração do Teatro Nacional. Para isso, será firmado um acordo de cooperação.

Como está a parceria da Secretaria de Cultura do DF com o Ministério da Cultura para restauração do Teatro Nacional?

O Teatro Nacional é um bem de valor universal, um dos principais teatros do mundo. Ele é tombado em nível federal, ou seja, é tombado individualmente. O Iphan acompanha, desde 2014, quando do fechamento, todos os projetos, as propostas de intervenção no teatro. Ele está em obras — realizadas pelo GDF —, especialmente a Sala Martins Pena, que é menor do que a Villa-Lobos, que é

uma sala grande, bastante desafiadora, inclusive, do ponto de vista de intervenção. Está sendo feita a estrutura de combate a incêndio. O Iphan participou desde o início, uma vez que é um bem tombado. E em especial com a chegada do secretário Claudio Abrantes nós aprofundamos essa conversa. É uma determinação do presidente Lula que o governo federal, por meio do Ministério da Cultura e do Iphan, possa colaborar para que essas obras se encaminhem de uma forma mais célere. Nós estamos desenhando um acordo de cooperação, a exemplo do que foi feito em outros estados, como no Rio de Janeiro, com o Museu Nacional, que incendiou.

E sobre a restauração da Praça dos Três Poderes?

Há um projeto em curso para a reforma do conjunto que forma a Praça dos Três Poderes, e está sendo analisado pelo Iphan e pela Secretaria de Cultura do DF. Esperamos, em breve, vencer essas etapas técnicas para que o governo local possa contratar a obra. A respeito das pedras portuguesas da praça, há um valor arquitetônico e simbólico para quem é de Brasília, principalmente. Então, a gente quer avançar. Há uma delicadeza por conta do tipo de material, que é muito frágil. No 8 de janeiro, golpistas tiraram pedras portuguesas para usarem como instrumento de ataque. É uma praça que nunca teve uma reforma e, agora,

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



queremos fazer de lá um local de ocupação cultural.

De onde vêm recursos para os investimentos feitos pelo Iphan?

Uma parte é do Orçamento Geral da União. Nós estamos também no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). São R\$ 700 milhões previstos de investimento até 2026 e 139 obras, que vão gerar empregos nas cidades. Vamos oportunizar, com isso, o acesso à cultura, com muitos museus, teatros e equipamentos culturais e, até mesmo, obras que irão se transformar

em equipamentos públicos, como saúde e educação, além de imóveis que serão recuperados em centros históricos.

Há projetos para as obras de arte que foram prejudicadas com os atos de 8 de janeiro?

Estamos em um projeto que vai ser liderado pela Presidência da República com o apoio do Iphan e a Universidade Federal de Pelotas (RS) para instalar aqui um centro de conservação para recuperação das obras de arte que ainda não foram recuperadas, como, por exemplo, o painel do Di Cavalcanti. Isso

(a implementação do centro) está previsto entre os meses de dezembro e janeiro. Será uma grande entrega.

Após assumir o Iphan, quais os desafios de conservação que o senhor tem encontrado no país?

O Iphan se afastou bastante na relação com os prefeitos e com os governos estaduais. E essa relação, que chamamos de pacto federativo, é importante para preservar o patrimônio cultural, porque mesmo que uma cidade, um centro histórico e um monumento sejam tombados em nível federal, antes

Como o senhor enxerga o tombamento de Brasília?

Tombamento não é um problema. Às vezes, encara-se o tombamento como um obstáculo ao desenvolvimento, e isso é uma visão ultrapassada. Viver em uma cidade que é patrimônio mundial como Brasília é uma grande oportunidade de prestígio, de acréscimo econômico, com um turismo científico, projetos, empreendedorismo. Há várias oportunidades a partir do patrimônio histórico. É possível conciliar tombamento e preservação com novas oportunidades.



Aponte a câmera do celular para o QR Code e veja a entrevista